

As interferências e interlocuções de Castelo Branco no futebol e os precedentes para a militarização do futebol brasileiro.

Lucas Salgueiro Lopes *

Resumo

O presente trabalho busca apresentar alguns dos mais importantes aspectos acerca do governo do Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), expondo as principais interferências e interlocuções do Marechal com o futebol. Como fonte principal, utilizamos pesquisa realizada no *Jornal dos Sports* do período que vai de 1964 a 1966. Os resultados da pesquisa apontam que, ainda que Castelo Branco não tenha alterado diretamente a dinâmica do futebol nacional, ele não possuía um total distanciamento das questões futebolísticas e de seus respectivos usos simbólicos. Dessa forma, as raízes da uma militarização do futebol brasileiro parte de um período anterior aos “anos de chumbo”, num processo que só pode ser entendido considerando as portas abertas pelo Golpe de 1964 e pelo governo Castelo Branco.

Palavras-chave: Ditadura militar brasileira; Castelo Branco; militarização do futebol

Abstract

This article presents some of the most important aspects about the government of Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), exposing the main interferences and interlocutions of the President with football. As a main source, we used research conducted in the “*Jornal dos Sports*” from 1964 to 1966. The research indicates that, although Castelo Branco did not directly alter the dynamics of the Brazilian football, he did not have a complete detachment from football issues and their respective symbolical uses. Thus, the roots of a militarization of Brazilian football start from a period prior to the “leaden years”, a process that can only be understood considering the doors opened by the 1964 coup and the Castelo Branco government.

Keywords: Brazilian Military Dictatorship; Castelo Branco; militarization of football.

* Graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduando em Sociologia pelo Centro Universitário Internacional. E-mail: salgueirollucas@gmail.com.

Introdução

Castelo Branco é comumente caracterizado como um político de pouca penetração popular, de pouco carisma. Ao mesmo tempo, seu governo é pensado como “mais brando”, particularmente se comparado aos seus sucessores militares na presidência, que trouxeram os “anos de chumbo” à tona a partir de 1968.¹ Até mesmo na historiografia do esporte, Castelo Branco é lembrado como alguém que pouco interferiu no futebol brasileiro, que não se importava em grande medida com o esporte bretão.² Dessa forma, ao delimitar um período de “militarização do futebol brasileiro”,³ caracterizado pela forte penetração e interferência dos setores militares no esporte, diversos autores excluem o papel do primeiro governo da ditadura nesse processo, que seria amplificado especialmente pelo início do governo Costa e Silva.

Nesse contexto, o futebol – identificado como um dos elementos mais expressivos da propaganda populista – não atraía, enquanto elemento simbólico, o interesse do grupo castelista. Na verdade, a dissociação entre a imagem do presidente e o esporte bretão, assim como a aparente neutralidade demonstrada em relação às questões futebolísticas, representava o distanciamento pessoal de Castelo Branco e seus ministros dos símbolos anteriormente requisitados pelos políticos populistas que se sucederam no poder desde 1930.⁴

Nesse artigo, apresentaremos algumas das informações encontradas a partir de pesquisa no *Jornal dos Sports*⁵ – do período entre 1964 e 1966 –, veiculando notícias do Presidente Castelo Branco se relacionando com o futebol. O *Jornal dos Sports* também desperta um interesse singular nesse artigo por ser uma fonte que não foi utilizada nas duas maiores pesquisas sobre militarização do futebol brasileiro durante a ditadura.^{6 7} Assim, tal fonte pode funcionar como uma “nova visão” acerca da militarização do futebol brasileiro, que não necessariamente se caracteriza como um revisionismo de suas obras precedentes, mas que se trata, sobretudo, de um complemento a elas. Visa-se, dessa forma, demonstrar que, ainda que Castelo Branco não tenha alterado diretamente a dinâmica do campo do futebol nacional – como ocorrido nos governos subsequentes –, isso não significaria seu total distanciamento das questões futebolísticas e de seus respectivos usos simbólicos.

¹ “Mais brando” tratando-se especialmente das práticas de repressão política. Para mais sobre esse debate, ver: FICO, Carlos. *Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar*. – 3^a ed. – Rio de Janeiro: Record, 2014, p. 72-76.

² Como visto em: COUTO, Euclides de Freitas. *Da ditadura à ditadura: uma história política do futebol brasileiro (1930-1978)*. Niterói: Editora da UFF, 2014.

³ O conceito de militarização vem de dois aspectos: o direto, representado pela relação de interferência e integração de militares em diversos cargos na seleção e o indireto, representado pela implantação de ideais característicos dos militares no comportamento da Seleção.

⁴ COUTO, op. cit., p. 134-135.

⁵ O *Jornal dos Sports* foi um jornal diário de notícias esportivas do Rio de Janeiro. Esteve em circulação de 1931 a 2010. No período abordado pelo presente artigo, esteve à frente do periódico o jornalista Mário Leite Rodrigues Filho.

⁶ Nesse caso, nos referimos a: COUTO, op cit. e FLORENZANO, José Paulo. *Afonsinho e Edmundo: a rebelião no futebol brasileiro*. São Paulo: Musa Editora, 1998.

⁷ Tal fato pode se dar pela recente digitalização do *Jornal dos Sports*, ocorrida apenas nos últimos anos e agora disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Para melhor compreensão desse contexto, consideramos de grande importância ainda, como veremos a seguir, pensarmos no processo que levou ao golpe civil-militar⁸ de 1964, tal como no governo de Castelo Branco como um todo, em seus principais aspectos pessoais, sociais e políticos.

Antecedentes do Golpe

Desde a renúncia de Jânio, a posse de Jango estava sob ameaça: por pouco não foi impedida por uma manobra militar mal preparada.⁹ Acabou assumindo, mas num governo parlamentarista em que seus poderes eram um tanto quanto limitados. Essa posse parlamentarista pode ser vista como “um golpe de Estado Civil, para evitar outro, militar”.¹⁰ Com o plebiscito em janeiro de 1963 decretando a vitória oficial da volta do presidencialismo, finalmente João Goulart consegue ter plenos poderes. A esquerda política considerou essa vitória como um apoio popular aos projetos e reformas de Jango.¹¹ Essa leitura acabou não se confirmando, mas, na verdade, demonstrou-se como um grande equívoco; pouco mais de um ano depois do plebiscito viria o golpe que derrubaria Jango.

Elementos como a imprensa e o complexo IPES/IBAD foram alguns dos principais agentes para moldar a opinião pública em favor do golpe. A imprensa, em sua maioria, seguiu o padrão de apoiar a posse de João Goulart e depois colocar-se em “*stand by*” para ver até onde ia seu governo. Depois do influente *Jornal do Brasil* publicar seu “Basta!” para Jango em 13 de setembro de 1963, o sinal estava dado; a partir do final de 1963, boa parte dos grandes jornais passaram a servir como peça-chave da conspiração, articulando-se na chamada “Rede da Democracia”.¹² O complexo IPES/IBAD, serviu para produzir vasto material de propaganda negativa ao governo, articulando setores da sociedade antitrabalhistas, antipopulistas, antipopulares e, sobretudo, anticomunistas.¹³ Essas organizações possuíam pautas a favor de uma modernização conservadora do capitalismo, e, dado resultados negativos nas ações legalistas, o advento do apoio ao golpismo. Ambas organizações eram financiadas pela CIA^{14, 15} Como lembra Dreifuss: “Juntamente com fundadores e diplomados da ESG,¹⁶ ele estabeleceu a

⁸ Para uso do conceito “civil-militar” ao caracterizar a ditadura instaurada no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, tem-se como principal referência o historiador e cientista político René Armand Dreifuss, em especial em: DREIFUSS, René Armand. *1964 – A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

⁹ DREIFUSS, op cit., p. 130.

¹⁰ NAPOLITANO, Marcos. *1964 – História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014. p. 34.

¹¹ Ibidem, p. 37-38.

¹² Ibidem, p. 45.

¹³ DREIFUSS, op. cit., p. 143.

¹⁴ *Central Intelligence Agency* ou Agência Central de Inteligência; agência de inteligência civil do governo dos Estados Unidos da América.

¹⁵ BANDEIRA, Moniz. *O Governo João Goulart no Brasil: As lutas sociais no Brasil (1961-1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 65; NAPOLITANO, op. cit., p. 47.

¹⁶ Escola Superior de Guerra.

'crítica das armas', representando momento político-militar da ação burguesa de classe. As classes capitalistas se "unificariam" sob uma única liderança".¹⁷

Daí em diante, a escalada do Golpe foi rápida, se concretizando em pouco mais de duas semanas: Em 30 de março de 1964, Jango discursava na festa dos sargentos da PM enfatizando o elo entre o povo e as Forças Armadas, denunciando campanhas difamatórias contra ele. No dia 31 de março já eclodia movimento militar em Minas Gerais comandado pelo general Mourão Filho. Em 1º de abril, João Goulart deixava o Rio em direção a Brasília, depois do general Amaury Kruehl, em nome do II Exército, defender as manifestações "revolucionárias". Em 3 de abril o Congresso Nacional declara vaga a presidência da República, assumindo provisoriamente o cargo Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados; no dia seguinte, Goulart já estaria pedindo asilo político no Uruguai. Em 9 de abril, é decretado o AI-1 pelo Comando Supremo da Revolução, com medidas punitivas para civis e militares considerados "subversivos"; fica marcada para 11 de abril a eleição indireta para a presidência; no dia seguinte, a primeira lista de cassações já é composta por 102 nomes, incluindo Jango e os principais integrantes de seu governo. Em 11 de abril, Castelo Branco é eleito presidente do Brasil. Em 13 de abril, o número de cassações já chegava a 400. Castelo Branco é oficialmente empossado em 15 de abril de 1964.¹⁸

O Governo Castelo Branco

O Marechal não tinha um perfil político caracterizado por grande "penetração popular"; como visto em Octávio Ianni (1975), Castelo Branco – e aqueles que assumem o poder em abril de 1964 – vai contra a herança da democracia populista: "Os líderes do golpe não tem 'carisma' nem penetração popular (...) insistem na negação das lideranças carismáticas e demagógicas".¹⁹ O carisma de Castelo Branco chega a ser questionado pelos próprios militares, que não raras vezes os viam com grande escarnecimento. Octávio Costa,²⁰ em depoimento contido em D'Araújo et. al. (2014), faz alguns comentários acerca da personalidade de Castelo, tal como ela era percebida pelos militares desde antes desse se tornar presidente:

Castelo era terrivelmente feio. O país o conheceu já general. A velhice abrandava a feiura. Os moços são cruéis com a fealdade. Castelo tinha um desvio na coluna. Era quase um pequeno monstro. Os cadetes da Escola Militar davam-lhe terríveis apelidos: Quasímodo, Tamanco, não sei o quê, todos em função do seu aspecto físico (...) Mas havia uma grande admiração intelectual por ele (...) Fisicamente era um pequeno monstro. Daí esse homem não pode ser bem

¹⁷ DREIFUSS, op. cit., p. 143.

¹⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso. *Visões do Golpe: 12 depoimentos de oficiais que articularam o golpe militar de 1964*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014. p. 32-33.

¹⁹ IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. 3ª ed., revista – Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975, p. 190.

²⁰ Octávio Pereira da Costa. Comandante do Centro de Estudos de Pessoal do Exército (1968-69); chefe da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República; subchefe de gabinete do ministro do Exército (1974-78).

classificado na Escola Militar: não montava a cavalo, não lutava esgrima, não corria. Era todo intelectual.²¹

O depoimento de Octávio Costa se mostra, sobretudo, tentando fazer oposição as características de Castelo Branco frente ao seu sucessor, Costa e Silva: “Costa e Silva, ao contrário, era bem-apegoado, dinâmico, jovial, mulherengo e simpático. Castelo era fechado e, por incrível que pareça, tinha complexo de burrice”.²² O que podemos tirar de mais notáveis nesses trechos, é o perfil mais reservado de Castelo: introspectivo socialmente, sempre mas voltado às atividades intelectuais. Gaspari reitera essas características do Marechal: “Castello era um homem de hábitos simples, porém refinados, lia Anatole Francesa e ouvia Mendelssohn”.²³

O “Pequeno Monstro Intelectual” governou o Brasil por pouco menos de três anos: de abril de 1964 a março de 1967. No campo da política exterior, o governo de Castelo Branco pode ser considerado o mais alinhado com os interesses norte-americanos durante toda Ditadura; tal fato se explica como um “agradecimento” pelo forte apoio dos EUA no golpe e na aposta da escolha de seu nome. Castelo parecia longe de um nacionalismo, seja ele econômico ou ideológico.²⁴ Na política interna, dois foram seus objetivos principais e objetos de ação: a reorientação da economia brasileira e a institucionalização do regime autoritário.²⁵ No campo da economia, o Marechal montou sua equipe com Octávio Gouvêa de Bulhões, mais importante economista liberal da época. Enfrentando a inflação como o grande problema da economia naquele momento, a equipe econômica adotou uma estratégia gradualista com a elaboração de um conjunto de reformas estruturais.²⁶ A economia cresceria, em especial favorecendo a classe média, mas agravando cada vez mais o fosso entre pobres e ricos.²⁷

“Ditabranda”: os anos de Castelo Branco foram uma ditadura?

Nos últimos anos, algumas obras sobre a Ditadura passam em seus discursos uma visão de ditadura “mais branda” para caracterizar o governo de Castelo Branco, sobretudo, obras de uma ala mais liberal da historiografia.²⁸ Tais considerações devem ser vistas com ressalvas, no entanto. Como visto em Carlos Fico (2014):

²¹ D'ARAÚJO et. al., op. cit., p. 82.

²² Idem.

²³ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 139.

²⁴ NAPOLITANO, op. cit., p. 70-71.

²⁵ Ibidem, p. 71.

²⁶ MATTOS, Fernando Augusto Mansor; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; BARONE, Ricardo Strazzacappa. O debate “pioneiro” sobre distribuição de renda no Brasil: como o padrão de acumulação gestado no governo militar de 1964 afetou o perfil distributivo da economia brasileira. p. 23-53. In: MARTINS, Mônica de Souza Nunes; CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO; Rafael Vaz da Motta. *Política Econômica nos anos de chumbo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2008. p. 25-26.

²⁷ NAPOLITANO, op. cit., p. 71

²⁸ NAPOLITANO, op. cit., p. 66.

Não se podem negar os traços de moderação e legalismo de Castelo Branco, exaltado como democrata por seus biógrafos benevolentes,²⁹ mas seu governo terá sido um fracasso, caso consideremos verdadeiro o perfil político ao qual é usualmente associado.³⁰

Tal fracasso anotado por Fico pode ser designado pelo fato notável do Governo Castelo Branco que foi “a constituição e a vitória parcial da linha dura, expressa no AI-2 e na candidatura de Costa e Silva”.³¹ Marcos Napolitano, outro historiador crítico a ideia de “ditabranda”, nos lembra que, nesses primeiros anos pós-golpe, os objetivos principais dos “revolucionários” eram dois: acabar com a elite política e intelectual reformista e cortar os laços entre essa elite e os movimentos sociais de base popular. Para isso, as cassações e repressões policiais e políticas desses primeiros anos foram bem-sucedidas. O regime não precisava naquele momento de uma repressão generalizada para outros campos.³² A relativa liberdade cultural e de expressão nos quatro primeiros anos não eram decorrentes de uma “ditadura envergonhada”,³³ mas da própria base do Golpe de Estado: com apoio de classes médias e participação de setores liberais (ancorado em imprensa e partidos conservadores).³⁴ Sendo assim, o período de 1964-1968 marcou-se pela “combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista”.³⁵

Como se deve lembrar, foi durante os anos de governo do marechal Humberto Castelo Branco que foram promulgados os Atos Institucionais dois (1965), três (1966) e quatro (1967), a restritiva Lei de Imprensa (1967), restringindo a liberdade de expressão no Brasil e a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei nº 314, de 13 de março de 1967), instituindo a noção de “guerra interna”. Por fim, Castelo não foi capaz de impedir que militares radicais chegassem ao poder político, não escolhendo seu sucessor.³⁶ Quanto às sanções legais contra os inimigos do Regime com base nos AI's, o governo Castelo Branco foi responsável por 65% (3644 casos) dos 5517 punidos durante toda Ditadura.³⁷

Sendo assim, ainda que com um possível perfil mais legalista que seus sucessores – o que concordamos -, não devem ser ignorados os atos mais autoritários durante seu governo. Infere-se, por fim, que toda essa questão sobre a “moderação” de Castelo Branco não é uma questão apenas de disputa de memória, mas uma vertente de pesquisas profissionalmente conduzidas: “Trata-se de um pressuposto básico para firmar-se uma interpretação que se baseia

²⁹ Como citado pelo próprio Fico (op. cit., p. 114), refere-se aqui a biógrafos como Luís Viana Filho, autor de *O governo Castelo Branco* (1975) e John W. F. Dulles, autor de *Castello Branco: o caminho para a presidência* (1979).

³⁰ FICO, op. cit., p. 72.

³¹ *Ibidem*, p. 76.

³² NAPOLITANO, op. cit., p. 67.

³³ Como denomina Elio Gaspari (2002, op. cit.) referindo-se ao período.

³⁴ *Ibidem*, p. 68.

³⁵ *Idem*.

³⁶ FICO, op. cit., p. 72.

³⁷ NAPOLITANO, op. cit., p. 69.

em pesquisas ainda incipientes: o entendimento do regime militar como o da trajetória de surgimento, ascensão, auge e decadência do setor conhecido como linha dura”.³⁸

Castelo Branco e o Futebol

Segundo Couto, o presidente Castelo Branco, em geral, se mantinha afastado de maiores interferências ao futebol da época. O autor julga que a figura do Presidente e de seus aliados não possuíam carisma ou penetração popular, buscando assim, credibilidade por meio dos avanços econômicos e paz social, ao ponto que se afastara do futebol – identificado como forte elemento de propaganda populista.³⁹

Ao contrário de seus antecessores, Castelo Branco não se apresentava em público no momento das transmissões radiofônicas dos jogos, demonstrando um comportamento discreto com relação as questões esportivas (...) O ‘Marechal’, assim como o alto-comando militar, não se envolveu diretamente nas questões políticas que permeavam os bastidores da CBD.⁴⁰

Tal afirmação deve ser vista com certas ressalvas, no entanto. Se a interferência no futebol não era das maiores, isso não quer dizer que Castelo Branco se abstinha completamente dos assuntos ligados ao esporte bretão. Veremos a seguir alguns exemplos disso.⁴¹

O *Jornal dos Sports* de 22 de maio de 1964 – portanto, menos de dois meses depois do Golpe – menciona com destaque um convite da CBD aceito por Castelo Branco pra esse assistir a partida entre Brasil e Inglaterra, válido pelo Torneio das Nações, competição comemorativa ao cinquentenário da entidade.⁴² Em junho de 1965, Castelo parece ter uma aproximação ainda mais evidente da CBD. Nesse período, o Presidente prometeu verba de Cr\$ 500 milhões à entidade para os compromissos da Copa do Mundo do ano seguinte, ainda que João Havelange, presidente da CBD, tivesse informado tempos antes que a entidade não queria receber nada do governo.⁴³

Em 1965, é noticiado que o lateral-esquerdo Nilton Santos, do Botafogo e da Seleção Brasileira planejava reunião com Castelo Branco pra apresenta-lo um dossiê sobre “a verdadeira situação do jogador profissional no Brasil”; na companhia de Nilton Santos estaria o goleiro Castilho, presidente do Sindicato.⁴⁴ Em julho do mesmo ano, a reunião é com toda equipe brasileira no Palácio Laranjeiras, na qual Castelo prometeu que assistiria no Maracanã ao jogo

³⁸ FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº 47, 2004. p. 33.

³⁹ COUTO, op. cit., p. 134.

⁴⁰ Ibidem, p. 133-134.

⁴¹ Como embasamento para a tese de que “a Seleção Brasileira ainda não havia sido incorporada ao audacioso projeto ideológico que, nos anos subsequentes, seria colocado em marcha pelos militares”, Couto, op. cit., p. 133, cita em nota no rodapé da página que formulou análises a partir dos jornais *Diário de Minas*, *Estado de Minas*, *O Diário* e *O Estado de S. Paulo*, tal como nas revistas *Foto Esporte*, *Manchete*, *O Cruzeiro* e *Realidade*. No entanto, ao realizarmos pesquisas no *Jornal dos Sports* de 1964 a 1966, encontramos elementos que indicam interferências no futebol pelos militares desde Castelo Branco, ainda que em menor número comparado aos seus sucessores.

⁴² *Jornal dos Sports*, 22 de maio de 1964, p. 1.

⁴³ *Jornal dos Sports*, 24 de junho de 1965, p. 1.

⁴⁴ *Jornal dos Sports*, 08 de abril de 1965, p. 4.

entre Brasil e União Soviética; o Presidente salientou a importância do futebol na “projeção do nome do Brasil no exterior”. É interessante nessa notícia o fato de Castelo Branco ter solicitado cumprimentar todos os jogadores do elenco ao final do encontro, um a um, mas acaba recebendo a falta de Ademir da Guia, Flavio, Garrincha, Gérson e Altair, que “conseguiram driblar a solenidade”.⁴⁵

Já em 1966, até mesmo a interferência direta fica ainda mais clara: o *Jornal dos Sports* estampa em sua primeira página a convocação do atacante Amarildo “feita” por Castelo. João Havelange (presidente da CBD) relata que poucos dias depois de uma convocação da Seleção, foi indagado por Castelo se não convocaria Amarildo, justificando que “todos os esforços deverão ser feitos pelas autoridades responsáveis pelo esporte, no sentido de agrupar o melhor que existe no futebol brasileiro”. De pronto, Havelange respondeu ao Presidente: “Amarildo estará conosco dentro de alguns dias”.⁴⁶

Em 11 de julho de 1966, cerca de um mês antes do início da Copa do Mundo na Inglaterra, Castelo Branco se encontrou novamente com toda delegação da Seleção Brasileira, agora para uma “despedida”. O Presidente declara que a Seleção como um “valor nacional, e é uma esperança de que a bandeira do Brasil se identifique perfeitamente com a bandeira da vitória”. Castelo ficou cerca de meio minuto com cada membro da delegação, mostrando-se interessado pelos jogadores, pergunta a cada um deles em que Estado haviam nascido. Quem ficou mais tempo com o Presidente foi Pelé: “lembrou, inclusive, que sabia de que o jogador não só era um profissional famoso, mas que também havia sido um bom soldado”.⁴⁷

Tais episódios demonstram certas características em Castelo Branco que ficariam mais famosas com os próximos presidentes militares. A presença no estádio para acompanhar as partidas, o desejo por contato direto com os principais nomes da Seleção e a vinculação de sua imagem com o time é notório. Nesse sentido, o caso de Médici foi o mais emblemático durante toda Ditadura Militar. Médici, como dito em discurso após a posse, sonhava que seu governo recebesse o “prêmio da popularidade”.⁴⁸ Dessa forma, amplifica desde o início o poder da propaganda futebolística, atribuindo-se como parte integrante da glória popular e nacional vinda da Copa do Mundo – conquista tratada com caráter de prioridade para seu governo - e mais do que isso, uma propaganda que vem de forma personalista, projetando mostrar-lhe com figura de “torcedor comum” e, ao mesmo tempo, de personagem fundamental para a conquista.

Um caso a parte, e que aparece recorrentemente nas páginas do *Jornal dos Sports* durante o governo Castelo Branco, é o da loteria esportiva; em 12 de junho de 1964, o General Elói Menezes, presidente da CND,⁴⁹ dá longa entrevista ao *Jornal dos Sports*, em que fala de seu projeto em relação à criação da loteria, e como ele precisaria do apoio de Castelo Branco

⁴⁵ *Jornal dos Sports*, 12 de julho de 1965, p. 1.

⁴⁶ *Jornal dos Sports*, 09 de maio de 1966, p. 1.

⁴⁷ *Jornal dos Sports*, 12 de junho de 1966, p. 1.

⁴⁸ MÉDICI, Emílio Garrastazu. A verdadeira paz. Brasília, Secretaria de Imprensa da Presidência da República, p. 65, 1973.

⁴⁹ Conselho Nacional de Desportos.

para os planos serem bem sucedidos.⁵⁰ Pouco tempo depois, o Presidente volta ser mencionado no assunto; o General Antônio Pires de Castro Filho, ex-presidente da CND, e que havia sido indicado pelo governo há pouco tempo para o cargo de Diretor da Divisão de Educação Física do MEC fala da importância da loteria para o esporte, e novamente, menciona *lobby* pela importância de um apoio de Castelo; como dito pelo General em entrevista:

O esporte em geral, parece que ganhará uma solução em definitivo. Isto se for aprovado pelo Congresso, e sancionado pelo Presidente Castelo Branco, que é a lei que institui a loteria esportiva. Sabemos, todos, os malefícios do jogo, mas existe, e não há meios de acabar. As apostas poderão continuar existindo de mil maneiras diferentes, o problema é, então, utilizá-las em benefício do esporte, a exemplo de outros centros mais adiantados, como a Itália, França, Inglaterra, Suécia, e tantos outros.⁵¹

Para além do implícito pedido do General para a atenção de Castelo Branco para o projeto, que, seguia a retórica da “salvação do esporte”, dois outros pontos podem ser destacados na fala: o moralismo volátil, que reconhece o “jogo” (apostas) como causador de malefícios, mas, que “não podendo ser evitado”, esse poderia ser útil para um fim específico; a argumentação de que países “mais adiantados” (europeus) já fazem isso, mostrando a tendência do futebol brasileiro a se comparar e inspirar nos modelos europeus como um todo.

Mesmo com os apelos - e acalorados debates -, no entanto, o projeto da loteria esportiva demorou anos até ser implantado, tendo sua devida atenção nos governos posteriores a Castelo Branco. Como lembra Couto, já ao fim de 1968:

O presidente Costa e Silva, diante dos apelos de João Havelange sobre a necessidade de investimentos financeiros na preparação da Seleção Brasileira, mostrou-se “muito solícito”, afirmando que não pouparia esforços para ajudar o futebol brasileiro; e, como uma de suas medidas, incumbiu o *cartola* de presidir o grupo de trabalho que iria redigir o novo projeto da Loteria Esportiva. De forma descontrainda, o general afirmou que a loteria “daria tanto dinheiro ao futebol, que posteriormente, o próprio presidente da república iria a CBD para tomar empréstimos”.⁵²

A Loteria Esportiva acabou sendo instituída já ao fim do governo Costa e Silva, em 27 de maio de 1969, no decreto-lei nº 594. A regulamentação veio em janeiro de 1970, já com Médici no governo, através do decreto nº 66.118. Tendo seu primeiro concurso em abril daquele ano, a Loteria Esportiva durou até 2002, quando foi extinta, e substituída pela Loteca, vigente até os dias atuais.

O General Arthur da Costa e Silva assume a presidência brasileira em 1967 e, a partir de seu mandato, o intervencionismo dos militares se torna ainda mais presente no futebol. Mais do que o caráter propagandístico, o regime passa a introduzir aspectos de sua forma na organização e administração do futebol brasileiro – e consequente na Seleção Brasileira.

⁵⁰ *Jornal dos Sports*, 12 de junho de 1964, p. 12.

⁵¹ *Jornal dos Sports*, 07 de agosto de 1964, p. 3.

⁵² COUTO, op. cit., p. 140-141.

Considerações Finais

Depois de anos de instabilidade política no Brasil, têm-se em 1964 o marco do golpe civil-militar que depõe o então presidente da República João Goulart. O primeiro de uma série de militares que seriam eleitos – indiretamente – para a presidência da República é Humberto Castelo Branco (1964-1967). Contudo, os anos de maior repressão e interferência militar – na sociedade e conseqüentemente no futebol – viriam a partir do governo subsequente, de Costa e Silva (1967-1969).

O ano de 1966 se torna de grande importância para o entendimento das mudanças do futebol brasileiro durante o Regime Militar. Em 1966 o Brasil vai à Copa como Seleção a ser batida, afinal, vinha da conquista de dois mundiais. As seleções europeias optaram por evoluir o futebol que praticavam - desenvolvendo um preparo físico superior, e estilo de jogo com maior comprometimento e organização tática.⁵³ A partir do fracasso na disputada da Copa do Mundo, torna-se comum falas de militares quanto à necessidade de interferência na Seleção Nacional. Construiu-se como grande “vilão” da derrota nacional a falta de organização. Nesse sentido, há uma cobrança cada vez mais recorrente para a introdução de maiores valores de disciplina, hierarquização, planejamento no futebol; valores atribuídos não ao acaso, mas sim presentes na ideologia vigente em toda sociedade, impulsionadas pelo Governo. É o período em que autores como Florenzano e Couto caracterizam como sendo marcado pela “militarização do futebol brasileiro”.

No âmbito das relações sociais, especialmente na esfera esportiva, os pressupostos do autoritarismo, aliados ao discurso modernizador da Educação Física, conduziram mudanças substanciais e administrativas que vigoravam tanto na Seleção Brasileira quanto nos clubes de futebol. Notamos que a imposição de regras disciplinares aos jogadores profissionais encontrava ressonância tanto nas palavras dos governantes como na maior parte da imprensa que, por sua vez, procurava legitimar os ideais de ordem e disciplina que se imiscuíam no universo do futebol brasileiro.⁵⁴

O que podemos concluir nesse artigo, no entanto, é que as raízes do recrudescimento dessa cultura militar no futebol brasileiro partem já de um período anterior aos “anos de chumbo” e da Copa do Mundo de 1970, caracterizado como seu grande apogeu. A partir de 1966, após o fracasso da Seleção na Copa do Mundo, esses sinais ficam cada vez mais evidentes, mas não podem ser entendidos sem considerar as portas abertas pelo processo que culminou no golpe-civil militar de 1964 e pelo governo Castelo Branco. Nesse sentido, até mesmo onde Castelo Branco não interviu – como no caso das loterias esportivas, em que seu nome era constantemente clamado –, serve como um sinal das mudanças nesse período: não só o governo ansiava penetrar no controle dos esportes, mas como as autoridades da época também viam como necessária essa entrada. Tais conclusões, no entanto, não se apresentam como um

⁵³ COUTO, op. cit., p. 130.

⁵⁴ *Ibidem*, p. 35.

contraponto as teses de Couto e Florenzano, mas, uma adição a essas, dado o uso de novas fontes de pesquisa.

As interferências da Ditadura Civil-Militar no campo do futebol não significam apenas um aspecto relevante no campo do esporte, mas nos apresentam como esse governo pretende se instaurar e apoderar-se de uma hegemonia cultural na sociedade da época. Os valores e ideologias militares são cada vez mais difundidos e vislumbrados como ideais no comportamento civil, passando assim, a coagir e punir seus “transgressores”.

Por fim, reitera-se o papel de afirmar e reforçar estudos sobre a Ditadura Civil-Militar brasileira nos dias atuais. Numa época de correntes conservadoras que pressionam por um revisionismo sobre o período - buscando deslegitimar e negar um caráter ditatorial nos governos militares -, tal pesquisa vem contribuir com a tradição historiográfica que reforça o autoritarismo político e cultural por parte dos governos da época. Pretende-se mostrar como essa Ditadura age, intervindo mesmo que de maneiras mais “sutis” nos campos culturais e simbólicos.

Artigo recebido em 29/06/2019
e aprovado para publicação em 10/09/2019